



Cod.05: Controlador do Sistema de Controle Interno

PROVA ESCRITA OBJETIVA

MODELO: 1

CADERNO DE QUESTÕES

HORÁRIO: 9 às 12 horas

NÚMERO DE QUESTÕES: 50

Leia atentamente as instruções abaixo, e aguarde autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, o mesmo poderá ser substituído apenas nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica, de preferência, de tinta preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. No CARTÃO-RESPOSTA, marque no espaço próprio a opção correspondente à sua resposta. Se você assinalar mais de uma opção por questão ou deixar todos os campos em branco, sua prova objetiva será anulada. **PINTE A BOLINHA POR COMPLETO.**
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO RESPOSTA. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
5. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C e D. Você deve, portanto, assinalar apenas uma opção em cada questão. A marcação em mais de uma opção anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
6. O tempo disponível para esta prova é de três horas.
7. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO - RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
8. Quando terminar a prova, entregue ao fiscal este CADERNO DE QUESTÕES SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, o CARTÃO-RESPOSTA, e assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja rasgado ou incompleto, o candidato será eliminado.
9. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida 1 hora do início da aplicação das provas.
10. Você será excluído do exame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e(ou) relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, headphones, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que se realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do prazo estabelecido, e (ou) o CARTÃO-RESPOSTA.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo do CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Em caso de você ser um dos três últimos candidatos, deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

I. Leia o texto e responda ao que se solicita.

A sociedade atual está passando por uma crise ética. Os indivíduos não são mais responsáveis pelas suas ações e jogam para as costas do outro a obrigação de dizer como agir. "É o mesmo que ocorre com quem não mata porque acredita que é contra o que Deus quer, e não por princípios próprios", diz o professor Yves de La Taille, do Instituto de Psicologia da USP.

La Taille chama a atenção para o número crescente de regras que recai sobre as instituições sociais, inclusive o espaço acadêmico. Para ele, o efeito pode ser o oposto do previsto - ao invés de prevenir a transgressão, cria incentivos a ela por barrar o desenvolvimento da autonomia nos indivíduos. "O resultado é a infantilização moral. O estágio em que precisamos do outro para legitimar as regras corresponde àquele entre os cinco e dez anos de idade", diz o professor.

La Taille ganhou destaque fora da universidade com obras que tratam da psicologia moral, seu campo de estudo. Entre elas, a vencedora do Prêmio Jabuti 2007, *Moral e Ética - Dimensões Intelectuais e Afetivas* (Ed. Artmed, 2006). Um dos pontos que defende é que a sociedade deve incentivar a formação de princípios nas pessoas, em vez de simplesmente puni-las pelo que fizeram de errado. Por exemplo, levar motoristas a entenderem porque não devem correr em alta velocidade, e não obrigá-los a mudar a atitude por medo de uma multa ou instalar radares de trânsito que gerem o estímulo pela sanção direta. O mesmo vale para a escola, abordada pelo autor em seus trabalhos.

Para a universidade, La Taille defende maior autonomia para professores, alunos e funcionários, com ênfase na cooperação entre eles, em lugar da coerção. Em outras palavras, a confiança mútua nos princípios éticos do outro. É o caso de um pai participar da banca de avaliação de concurso para seu próprio filho. "Isso em si não significa falta de ética. O problema é se houver favorecimento ou desfavorecimento em função da relação familiar", diz. Nesse caso, caberia ao pai julgar se é capaz de avaliar o filho sem comprometimento.

Com menos normas, o sistema não entraria em colapso? "Mais regras não significa menos transgressões", aponta o professor. Países como a China, que se apoiam na heteronomia - quando o modo de agir precisa ser apontado pelo outro -, precisam de um sistema repressor mais presente que aqueles inclinados à autonomia dos indivíduos, como a Suécia.

La Taille rebate o argumento de que o Brasil é terreno infértil para aumentar a delegação da responsabilidade dos atos às pessoas. "No caso do mundo acadêmico, a maior parte das regras é importada de outros países. Isso significa que alguém lá precisou cometer uma transgressão antes. Ou seja, não somos só nós que fazemos coisas assim", diz.

A crise na ética é mundial, ressalta ele. A lógica da sociedade capitalista incentiva a competitividade e a produtividade, que são as bases do sucesso profissional. Esses princípios são usados frequentemente como justificativa para quebrar a ética. Pense, por exemplo, em um funcionário que espalha boatos negativos sobre o colega para subir na carreira. Facilmente a lógica maquiavélica - os fins justificam os meios - prevalece.

La Taille deixa claro que não é contra as regras. "Pelo contrário, elas têm boas intenções. Como a que proíbe o cigarro em locais fechados para não prejudicar os não-fumantes", explica. O problema é o que o professor descreve como um paradoxo: a regra pressupõe o que ela nega e é, pela sua mera existência, um modo de desconfiança. Seguindo no mesmo exemplo, a proibição contra o fumo só existe porque muitos fumantes não se importavam em incomodar os outros com a fumaça de seus cigarros. Para o pesquisador, no entanto, a solução encontrada pode ser contraproducente: requer fiscalização, novos dispositivos para os fumantes e cobrança de multas. "Além disso, para Freud, se há proibição, há desejo", aponta. Mais eficiente, nesse caso, seria introjetar nas pessoas a noção de que fumar em ambientes fechados é inadequado. "Depois de gerada uma regra, é preciso fazer muitas outras mais para dar conta das exceções e lacunas. É um caminho sem fim", diz. E lista o exemplo do aborto, que é proibido no Brasil, mas amplamente executado. "Isso ocorre porque a ênfase é no produto, não no processo", conclui.

(MINAMI, Thiago. Crise ética exige formação de princípios e não novas normas - **USP Online**, 4/7/2012. Disponível em: <http://www.ip.usp.br>)

1. Yves de la Taille:

- a) É a favor das regras.
- b) É a favor da ruptura de regras.
- c) Defende que a confiança mútua nos princípios éticos do outro leva à criação de novas regras.
- d) Defende que a sociedade deve incentivar a formação de princípios nas pessoas, em vez de simplesmente puni-las pelo que fizeram de errado.**

2. No texto a *infantilização moral* resulta:

- a) Da prevenção à transgressão.
- b) Da legitimação de regras que ocorre no âmbito de espaço acadêmico.
- c) Do número crescente de regras que recai sobre as instituições sociais.**
- d) Do bloqueio do desenvolvimento da autonomia nos indivíduos no espaço acadêmico.

3. A relação semântica estabelecida entre os termos destacados em “com ênfase na cooperação entre eles, em lugar da coerção” é:

- a) **Substituição.**
- b) Sobreposição.
- c) Agregação.
- d) Oposição.

4. O significado da expressão destacada em “o efeito pode ser o oposto do previsto - ao invés de prevenir a transgressão, cria incentivos a ela” exprime:

- a) **Contrariedade.**
- b) Substituição.
- c) Colocação.
- d) Alternação.

5. O enunciado “o Brasil é terreno infértil para aumentar a delegação da responsabilidade dos atos às pessoas” significa que:

- a) No Brasil a ética está banida.
- b) No Brasil as pessoas são irresponsáveis.**
- c) No Brasil as pessoas assumem apenas os atos que não são seus.
- d) No Brasil há uma lacuna ética que não pode ser preenchida pelos brasileiros que não assumem seus atos.

6. Segundo o texto, é uma afirmação FALSA:

- a) As regras têm boas intenções, porém demandam outras regras que deem conta de suas lacunas.
- b) Países heteronômicos precisam de um sistema repressor mais presente que aqueles inclinados à autonomia dos indivíduos.
- c) A confiança mútua nos princípios éticos do outro leva a maior autonomia, com ênfase na cooperação em lugar da coerção.
- d) A lógica da sociedade capitalista incentiva a competitividade e a produtividade, que são as bases do sucesso profissional; é ético justificar com esse argumento “rupturas” na ética.**

7. No enunciado “Isso ocorre porque a ênfase é no produto, não no processo”, a anáfora destacada refere-se a:

- a) “O aborto”.
- b) Caminho sem fim.
- c) O fato de o aborto ser proibido no Brasil, mas amplamente executado.**

d) “Depois de gerada uma regra, é preciso fazer muitas outras mais para dar conta das exceções e lacunas.”

8. É explicação para a afirmação “a regra pressupõe o que ela nega e é, pela sua mera existência, um modo de desconfiança.”

a) Toda regra já pressupõe a sua negação.

b) Para que uma regra exista, é necessário que a sua prévia ruptura tenha sido razão de sua criação.

c) Toda regra já pressupõe a sua desconfiança.

d) A desconfiança é paradoxal: do mesmo modo que se cria uma regra, se está a criar a sua subversão.

9. O termo em destaque em “não somos só nós que fazemos coisas assim” corresponde, morfológicamente, a:

a) Índice de pressuposição. b) Operador. c) Modalizador. **d) Advérbio.**

10. A classificação sintática de “que é proibido no Brasil” é:

a) Oração subordinada substantiva apositiva.

b) Oração subordinada adverbial causal.

c) Oração subordinada adjetiva explicativa.

d) Oração subordinada substantiva subjetiva.

11. Meu avô nasceu no século XX e morreu no século XXI, onde chegou a comemorar 76 anos de idade. Se o número formado pelos dois últimos algarismos do ano de sua morte é a quarta parte do número formado pelos dois últimos algarismos do ano de seu nascimento, então no ano de 2000 meu avô tinha:

a) 66 anos.

b) 68 anos.

c) 70 anos.

d) 72 anos.

12. Num ginásio de esportes estão presentes 40 atletas que praticam basquete, dos quais apenas 20 estão fisicamente aptos para jogar. Estão presentes também, outros 50 atletas que jogam vôlei, dos quais apenas 30 estão fisicamente aptos para jogar. Um dos atletas presentes é escolhido ao acaso, qual a probabilidade que ele seja um dos jogadores de basquete que **NÃO** esteja apto para jogar?

a) 1/8.

b) 1/9.

c) 2/9.

d) 1/5.

13. Dentro de um grupo de jogadores, todos que jogam gamão também jogam xadrez, mas nenhum que joga xadrez, joga pôquer. Além disso, os três únicos que jogam truco também jogam buraco. Sabendo que todo integrante desse grupo que joga buraco também joga pôquer, pode-se concluir que necessariamente:

a) Todos os jogadores de pôquer também jogam truco.

- b) Todos os jogadores de gamão também jogam buraco.
- c) Pelo menos um jogador de xadrez também joga buraco.
- d) Nenhum dos participantes do grupo joga truco e gamão.**

14. No que se refere aos princípios da administração pública, marque a alternativa VERDADEIRA:

- a) Como decorrência do princípio da legalidade, é permitido ao poder público fazer tudo o que não estiver expressamente proibido pela lei, buscando sempre a melhor adequação e eficiência de seus atos. Diferente da ordem privada, tal consideração se dá porque a legalidade, no âmbito da administração pública, recebe aceção ampla em face da supremacia do interesse público sobre o privado.
- b) A vedação ao nepotismo decorre diretamente de princípios constitucionais explícitos, como os princípios da impessoalidade, da moralidade administrativa, da igualdade e da razoabilidade, não se exigindo a edição de lei formal para coibir a sua prática.
- c) Em face do princípio da eficiência, a administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, buscando sempre a diminuição de custos e otimização de resultados.
- d) Como exigência do princípio da impessoalidade, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.**

15. Os contratos administrativos são ajustes que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos. Acerca da disciplina dos contratos administrativos, assinale o item CORRETO:

- a) A Administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório, sob pena de nulidade.**
- b) Somente de forma consensual, mediante acordo das partes, é possível haver acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- c) Quando da elaboração do contrato administrativo, o particular submete-se às cláusulas regulamentares e às cláusulas econômico-financeiras, fixadas e alteráveis unilateralmente pela Administração, em obediência ao que decorre da lei.
- d) Constituem motivo para rescisão do contrato administrativo o atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

16. No que se refere aos princípios da administração pública, marque a alternativa VERDADEIRA:

- a) O princípio da autotutela normatiza que a administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.
- b) O princípio da publicidade possibilita o controle social da conduta dos agentes administrativos**
- c) O princípio da moralidade obriga o administrador a ter uma conduta pautada pelos seus próprios preceitos éticos.
- d) O princípio da eficiência é de aplicação obrigatória na prestação de serviços públicos à coletividade, sem alcançar, necessariamente, procedimentos internos da administração

17. Os contratos administrativos são ajustes que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos. Acerca da disciplina dos contratos administrativos, assinale o item CORRETO:

- a) Os contratos administrativos, como contratos típicos de Direito Civil, submetem-se ao regime jurídico de direito privado.
- b) Em face da exigência de segurança jurídica e publicidade e da necessária formalidade que caracteriza os contratos administrativos, não se admite a forma verbal no âmbito dos contratos administrativos.
- c) O regime jurídico de direito privado dos contratos administrativos é caracterizado pela existência de prerrogativas especiais para a administração, as chamadas cláusulas exorbitantes.
- d) Nos contratos administrativos, em face do regime jurídico predominantemente de direito público, a Administração age como poder público, com todo o seu poder de império sobre o particular, caracterizando-se a relação jurídica pelo traço da verticalidade.**

18. A habilidade de conectar um computador em qualquer parte do mundo a outro também em qualquer lugar é uma vantagem complicada. Embora exista muito material valioso na Web, estar conectado expõe o computador a dois tipos de perigo: os de entrada e os de saída. O procedimento de segurança é o uso de um firewall. Conforme seus conhecimentos de firewalls, todas as alternativas estão corretas; EXCETO:

- a) No firewall sem estado, o cabeçalho de cada pacote que trafega é inspecionado e o firewall decide se ele passa ou é descartado com base somente na informação do cabeçalho e nas regras do firewall.
- b) Os firewalls com estado, controlam as conexões e o estado em que estão. Esses firewalls são melhores no combate a certos tipos de ataque, em especial aqueles relacionados à criação de conexões.
- c) IDS (intrusion detection system), é um sistema implementado pelo firewall para inspecionar não só o cabeçalho dos pacotes, mas também seu conteúdo, em busca de material suspeito.
- d) Os firewalls de hardware, algumas vezes chamados de firewalls pessoais, fazem a mesma coisa que os firewalls de software, mas no hardware. Eles agem como filtros que se conectam ao código da rede dentro do núcleo do S.O e filtram os pacotes do mesmo modo que o firewall de software.**

19. O Windows é o Sistema Operacional de computadores mais usado no mundo. Conforme esse enunciado e seu conhecimento sobre o Windows, marque a alternativa abaixo que apenas contém sistemas de arquivos compatível com o Windows:

- a) Ext4, FAT16 e NTFS.
- b) exFAT, NTFS e FAT16.**
- c) NTFS, Ext4, Ext3.
- d) FAT32, Ext4, FAT32.

20. *Para a UNESCO, o Direito à Informação é um direito humano fundamental. O organismo ligado às Nações Unidas (ONU) entende que a informação sob a guarda do Estado é um bem público, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos.* ANALISE:

- () No Brasil, todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos, como documentos, arquivos e estatísticas. Esse direito é assegurado pela Constituição de 1988, que entende que essas são informações de interesse da sociedade.
- () Garantido por lei, todo brasileiro tem direito à informação sobre dados institucionais dos órgãos e entidades, exceto informações sobre dados gerais para o acompanhamento de programas e ações, auditorias, prestações e tomadas de contas, registro das despesas, registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, licitações e contratos celebrados. Para acesso a essas informações, faz-se necessário determinação judicial.
- () Para adquirir uma informação, a pessoa pode enviar a solicitação diretamente aos órgãos públicos e o pedido deve ser respondido em até 20 dias. Ele precisa ser justificado, conter a

identificação do requerente e a especificação da informação. Ao analisar o pedido, o mesmo pode ser negado pelo órgão público.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, V. b) **V, F, F.** c) F, V, V. d) F, F, F.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O objetivo da Contabilidade Pública é o de fornecer aos gestores informações atualizadas e exatas para subsidiar as tomadas de decisões, aos órgãos de controle interno e externo para o cumprimento da legislação e às instituições governamentais e particulares informações estatísticas e outras de interesse dessas instituições. Em relação ao tema, marque o item INCORRETO:

a) **A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na administração pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei 6.404/76), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.**

b) A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações.

c) A contabilidade pública é regulada pela Lei 4.320/1964, que é a Lei das Finanças Públicas.

d) A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF deu forma ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária, definiu o que compõe o relatório, como se publica essa informação.

22. No sentido lato, auditoria é o processo de confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério, ou, em outras palavras, é a comparação entre o fato ocorrido e o que deveria ocorrer. Pode-se afirmar também que, nessa acepção, auditoria significa um conjunto de procedimentos técnicos aplicados de forma independente sobre uma relação que envolve a obrigação de responder por uma responsabilidade conferida (relação de accountability – que, consoante a Fundação Canadense de Auditoria Integrada, presume a existência de pelo menos duas partes: uma que delega a responsabilidade e outra que a aceita, com o compromisso de prestar contas na forma de como a delegação foi ou está sendo cumprida), objetivando emitir um informe de como essa obrigação está sendo cumprida. Complete as lacunas: Consoante o art. 177 da Lei n.º 6.404/76, as demonstrações financeiras das companhias abertas devem observar as normas expedidas pela _____ e são obrigatoriamente auditadas por auditores _____ registrados na mesma Comissão.

A resposta CORRETA é:

a) Secretaria da Receita Federal – Contratados.

b) Ministério do Planejamento – Externos ou internos.

c) **Comissão de Valores Mobiliários – Independentes ou Externos.**

d) Secretaria da Receita Federal – Independentes ou Externos.

23. O PCASP representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público. Além de ser uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade, o PCASP permitiu diversas inovações. NÃO está entre essas inovações:

a) Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais: no PCASP as contas contábeis são classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam – orçamentária,

patrimonial e de controle, de modo que os registros orçamentários não influenciem ou alterem os registros patrimoniais, e vice-versa.

b) Elaboração de estatísticas fiscais nos padrões exigidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

c) Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência: as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD) registram as transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, devendo ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, sejam elas dependentes ou independentes da execução orçamentária.

d) Registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros. Incluem-se também os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável (impairment), dentre outros.

24. A administração pública é o conjunto das normas, lei e funções desempenhadas para organizar a administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 2015, art. 37). Em relação à Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise o que se expõe a seguir:

I. A Administração Pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, territorialidade e publicidade.

II. É vedado aos estrangeiros o exercício de quaisquer cargos, funções e empregos públicos.

III. Os vencimentos dos cargos nos poderes legislativo e judiciário poderão ser maiores que os recebidos em cargos similares no executivo.

IV. A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

a) Apenas o item I está correto.

b) Apenas o item II está correto.

c) Apenas o item III está correto.

d) Apenas o item IV está correto.

25. Princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários. Em relação aos princípios constitucionais da administração pública, associe os itens abaixo:

I. Esse princípio, que é uma das principais garantias de direitos individuais, remete ao fato de que a Administração Pública só pode fazer aquilo que a lei permite, ou seja, só pode ser exercido em conformidade com o que é apontado na lei, esse princípio ganha tanta relevância pelo fato de não proteger o cidadão de vários abusos emanados de agentes do poder público.

II. Tendo por base a “boa administração”, este princípio relaciona-se com as decisões legais tomadas pelo agente de administração pública, acompanhado, também, pela honestidade.

III. Um princípio ainda um pouco conturbado na doutrina, mas, a maioria, dos doutrinadores, relaciona este princípio com a finalidade, ou seja, impõe ao administrador público que só pratique os atos em seu fim legal, Mello (1994, p.58) sustenta que esse princípio “se traduz a ideia de que a Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimetosas”.

IV. Para que os atos sejam conhecidos externamente, ou seja, na sociedade, é necessário que eles sejam publicados e divulgados, e assim possam iniciar a ter seus efeitos, auferindo eficácia ao termo exposto. Além disso, relaciona-se com o Direito da Informação, que está no rol de Direitos e Garantias Fundamentais.

V. Esse Princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em se desempenhar apenas com uma legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento as necessidades da comunidade e de seus membros.

I- () Publicidade. II- () Legalidade. III- () Impessoalidade.
IV- () Moralidade. V- () Eficiência.

A sequência CORRETA para a questão está no item:

a) **IV, I, III, II, V.** b) IV, II, III, I, V. c) V, IV, III, II, I. d) III, I, IV, II, V.

26. Na atual Constituição o município brasileiro tem poderes para eleger seu Governo; decretar, arrecadar e aplicar seus próprios tributos; organizar e administrar seus serviços; questionar os assuntos que sejam de seu peculiar interesse, além de legislar sobre matérias de sua competência estabelecidas na Constituição e não poderão ser reduzidos pela União ou pelos Estados. Em relação à organização político-administrativa do município é INCORRETO afirmar que:

- a) O conceito político de município como entidade estatal de terceiro grau na ordem federativa, dotado de personalidade jurídica, governo próprio e competência, normativa deve-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- b) A partir da promulgação da CRFB/88, passou-se a discutir esse novo status dado ao Município, ou seja, de ente da federação, pois até então era tido como unidade político-administrativa.
- c) Cada município possui a sua sede numa cidade, que lhe dá o nome. Para fins administrativos, a maior parte dos municípios divide-se em distritos, que também podem ser subdivididos.
- d) Os distritos têm sua criação norteadas por ato administrativo do Prefeito. As Regiões Administrativas, Subdistritos e Zonas são normalmente estabelecidas nas grandes cidades, citadas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito.**

27. Falando das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor público e suas mudanças e impactos, analise os seguintes itens:

- I. Contabilização da Depreciação, Exaustão e Amortização para os ativos.
- II. Implantação da Reavaliação periódica dos ativos.
- III. Implantação da contabilização da receita por competência. Surge a receita patrimonial, ou receita contábil. A receita orçamentária continua seguindo o regime de caixa na contabilidade aplicada ao setor público, mas a contabilidade deverá reconhecer a receita já no momento da ocorrência do seu fato gerador.
- IV. Implantação da contabilização da receita por ingresso no Caixa, ou seja, só é contabilizado o que realmente entra nos erários.

a) Apenas o item I está incorreto. b) Apenas o item II está incorreto.
c) Apenas o item III está incorreto. **d) Apenas o item IV está incorreto.**

28. Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Em relação ao tema, analise os itens abaixo:

I- Ao longo do século 20, a economia dos diferentes países tornou-se cada vez mais marcada pela integração aos dinamismos do comércio internacional, assim como pela expansão das transações financeiras em escala global.

II- Neste contexto, as companhias foram objeto de sensíveis transformações, uma vez que o acentuado ritmo de crescimento de suas atividades promoveu uma readequação de sua estrutura de controle, decorrente da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. A origem dos debates sobre Governança Corporativa remete a conflitos inerentes à propriedade dispersa e à divergência entre os interesses dos sócios, executivos e o melhor interesse da empresa.

III- A vertente mais aceita indica que a Governança Corporativa surgiu para superar o "conflito de agência" clássico. Nesta situação, o proprietário (acionista) delega a um agente especializado (administrador) o poder de decisão sobre a empresa (nos termos da lei), situação em que podem surgir divergências no entendimento de cada um dos grupos daquilo que consideram ser o melhor para a empresa e que as práticas de Governança Corporativa buscam superar.

IV- Este tipo de conflito é mais comum em sociedades como os Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, onde a propriedade das companhias é mais pulverizada.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) **Apenas o item III está incorreto.** b) Apenas o item IV está incorreto.
c) Todos os itens estão corretos. d) Todos os itens estão incorretos.

29. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Em relação ao tema, exposto no artigo 70 da Constituição Federal de 1988, analise os itens:

I. A Controladoria-Geral da União (CGU) pode fiscalizar a aplicação de verbas federais onde quer que elas estejam sendo aplicadas, mesmo que em outro ente federado às quais foram destinadas.

II. A fiscalização exercida pela CGU é externa, pois feita exclusivamente sobre verbas provenientes do orçamento do Executivo.

III. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

IV. Com a finalidade de lhe garantir a independência e imparcialidade no exercício de suas atribuições institucionais, a Constituição Federal não confere ao Tribunal de Contas da União as prerrogativas estabelecidas aos Tribunais Judiciários, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 96.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos. b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
c) **Apenas os itens I e III estão corretos.** d) Apenas o item III está correto.

30. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, são pessoas jurídicas de direito público que possuem competência tributária, ou seja, uma parcela do poder tributário. Mas a Constituição Federal Brasileira, ao mesmo tempo em que outorga a cada uma dessas entidades a competência para criarem impostos, limita-lhes o poder de tributar, através de seus artigos 150 a 152. Sendo assim, o poder de tributar destes entes não é absoluto. Analise os itens abaixo:

I. No Brasil, os princípios jurídicos, ditam a forma e as condições para o exercício do poder de tributação e o Princípio da Legalidade (art. 150, I CF), precisamente é o mais importante deles, pois proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exijam tributos que não tenham sido estabelecidos por lei. Só através de lei é possível a criação e majoração de tributo.

II. Com relação à maioria dos tributos, a Constituição exige que a lei criadora ou majoradora do tributo sobre ser anterior a situação descrita como fato gerador, seja anterior ao exercício financeiro de incidência do tributo. A Constituição vedar cobrar tributos “no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou” (art.150, III, b). Esse princípio é o da anterioridade da lei tributária.

III. Na Constituição Federal, a letra “a” do inciso III do art. 150, proíbe a cobrança de tributo “em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”. Isto é uma explicitação do princípio geral da irretroatividade das leis. A lei, em princípio, não se aplica a fatos consumados antes do início de sua vigência.

IV. Como princípio universal de justiça, a Isonomia, fundamenta-se no princípio constitucional geral da igualdade de todos perante a lei. Se a norma prevê que quem for proprietário de imóvel tem a obrigação de pagar imposto, o imposto é devido, seja quem for o proprietário do imóvel. O princípio seria, também, destinado ao próprio legislador. Não poderia a lei tratar desigualmente os indivíduos, visto que todos são iguais.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| a) Todos os itens estão incorretos. | b) Todos os itens estão corretos. |
| c) Apenas o item III está incorreto. | d) Apenas o item III está correto. |

31. Constitui-se como base para os demais componentes, diz respeito aos conceitos básicos de controle interno instituídos pela organização e envolvem fatores como a ética, a responsabilidade, a competência e a integridade. De acordo com Padoveze (2010, p. 299) é a “atitude geral da administração e dos funcionários com relação à importância dos controles”. Sendo assim se configura eficaz quando os integrantes da organização conhecem e executam suas responsabilidades. O enunciado trata de:

- | | |
|--|---------------------------------|
| a) Avaliação de Risco. | b) Atividades de Controle. |
| c) Informações e Estrutura de Comunicação. | d) Ambiente de Controle. |

32. Em se falando sobre Auditoria Contábil, analise os itens abaixo:

I. A auditoria contábil é um conjunto de atividades técnicas e procedimentos, exercidas de forma sistematizada numa entidade, compreendendo a avaliação e exame dos procedimentos e das operações praticadas, com vistas a apurar a exatidão dos registros contábeis e a realidade das operações, e sobre estes emitir uma opinião.

II. O objetivo principal da Auditoria Contábil consiste em verificar se as demonstrações contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e econômica das empresas.

III. O planejamento dos trabalhos de auditoria deve ser documentado pelo auditor, a quem também cabe preparar programas de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade e extensão.

IV. Os programas de auditoria devem ser detalhados de forma a servir como guia e meio de controle de sua execução.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- | | |
|--|-------------------------------------|
| a) Todos os itens estão corretos. | b) Apenas o item II está incorreto. |
| c) Apenas o item III está incorreto. | d) Apenas o item IV está incorreto. |

33. O termo licitação se deriva da palavra latina *licitatio*, que quer dizer venda por lances. Em português, este termo passou a ser utilizado no sentido de oferecimento de determinada quantia no ato da arrematação, adjudicação, hasta pública ou partilha judicial. A licitação é comum ao direito Público e Privado. Em relação ao tema, marque o item CORRETO em relação às modalidades de Licitação:

- a) A Lei 8.666\1993 elenca como modalidades de Licitação: Concorrência, Tomada de Preços, Concurso, Convite, Pregão e Leilão.

b) A Lei 10.520\2002 elenca como modalidades de Licitação: Concorrência, Tomada de Preços, Concurso, Convite, Pregão e Leilão.

c) A Lei 8.666\1993 elenca como modalidades de Licitação: Concorrência, Tomada de Preços, Concurso, Convite e Leilão.

d) A Lei 10.520\2002 elenca como modalidade de Licitação: Convite e Pregão.

34. Direito Administrativo é um dos ramos autônomos do direito público, que se concentra na Administração Pública e nas atividades realizadas por seus integrantes. Órgãos, entidades, agentes e atividades públicas são objetos deste ramo, que tem como principal meta o interesse público. Em relação aos princípios constitucionais do Direito Administrativo, analise os itens a seguir:

I. A Legalidade é a base do Estado Democrático de Direito e garante que todos os conflitos serão resolvidos pela Lei.

II. Arbitrariedade é a liberdade que o ordenamento jurídico confere ao Administrador para atuar em certas situações de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade, mas sempre dentro dos limites da Lei.

III. Discricionariedade é a atuação fora dos limites impostos por Lei.

IV. O princípio da Moralidade prima pela probidade dentro da Administração como uma das diretrizes a ser seguida.

Analizados os itens acima é CORRETO afirmar que:

a) Apenas o item I está correto.

b) Apenas os itens I e II estão corretos.

c) Apenas os itens I e III estão corretos.

d) Apenas os itens I e IV estão corretos.

35. Em relação aos Contratos Administrativos é INCORRETO afirmar que:

a) Nos contratos administrativos, a Administração aparece com uma série de prerrogativas que garantem a sua posição de supremacia sobre o particular; elas vêm expressas precisamente por meio das chamadas cláusulas exorbitantes ou de privilégios ou de prerrogativas.

b) Todas as cláusulas dos contratos administrativos são fixadas unilateralmente pela Administração. Costuma-se dizer que, pelo instrumento convocatório da licitação, o poder público faz uma oferta a todos os interessados, fixando as condições em que pretende contratar; a apresentação de propostas pelos licitantes equivale à aceitação da oferta feita pela Administração.

c) Um dos traços característicos do contrato administrativo é a sua imutabilidade, que, segundo muitos doutrinadores, decorre de determinadas cláusulas exorbitantes, ou seja, das que conferem à Administração o poder de unilateralmente, alterar as cláusulas regulamentares ou rescindir o contrato antes do prazo estabelecido, por motivo de interesse público.

d) As assim denominadas cláusulas exorbitantes caracterizam os contratos administrativos, diferenciando-os dos ajustes de Direito Privado. São chamadas exorbitantes justamente porque exorbitam, extrapolam as cláusulas comuns do Direito Privado e não seriam neste admissíveis.

36. Marque o item CORRETO sobre o período de tempo em que é expressamente vedado ao titular de Poder, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do seu mandato, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

a) Último ano do seu mandato.

b) Último semestre do seu mandato.

c) Últimos dois bimestres do seu mandato.

d) Últimos dois quadrimestres do seu mandato.

37. Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo conceituam o controle da administração pública dizendo que esta é tanto o poder como o dever, que a própria Administração (ou outro Poder) tem de vigiar, orientar e corrigir, diretamente ou por meio de órgãos especializados, a sua atuação administrativa. É o controle que o Poder Executivo – e os outros órgãos administrativos dos demais Poderes – tem sobre suas próprias atividades, tendo como intenção a legitimidade de seus atos, mantê-los dentro da lei, a defesa dos direitos dos administrados e a conduta adequada de seus agentes. Em relação aos Controles da Administração Pública é CORRETO afirmar que:

- a) A Avaliação dos resultados da gestão orçamentária é de atribuição exclusiva dos Tribunais de Contas.
- b) Os Tribunais de Contas realizam suas fiscalizações restringindo-se a utilização do critério da Legalidade.
- c) Somente o Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos de Municípios são obrigados a prestar contas aos Tribunais de Contas.
- d) Os Tribunais de Contas realizam o Controle Externo da execução orçamentária dos órgãos da administração pública.**

38. “Convém levantar entre o poder que autoriza periodicamente a despesa e o poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, (...) que (...) seja não só o vigia como a mão forte (...) obstando a perpetuação das infrações orçamentárias...”
Ruy Barbosa.

Em relação a tomada e prestação de contas, analise os itens abaixo:

- I. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta assumas obrigações de natureza pecuniária.
- II. As Contas de Governo são prestadas pelos ordenadores de despesas e as Contas de Gestão são prestadas pelo chefe do poder executivo.
- III. Ordenador de despesas é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.
- IV. Segundo a Constituição Federal de 1988, O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal Superior de Justiça.

Analisados os itens é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas I e III estão incorretos.
- b) Apenas II e IV estão incorretos.**
- c) Apenas I e IV estão incorretos.
- d) Apenas I, II e IV estão incorretos.

39. O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Como resultado da observância do Princípio da OPORTUNIDADE, EXCETO:

- a) Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.
- b) Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais só deve ser feito se existir certeza de sua ocorrência.**
- c) O registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários.
- d) O registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da ENTIDADE, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.

40. A análise e a verificação do Balanço Financeiro têm como objetivo predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira. Identifique a alternativa INCORRETA:

- a) O objetivo do Balanço Financeiro é evidenciar os ingressos e dispêndios de recursos em um determinado exercício financeiro.
- b) Partindo do item Disponível do Exercício Anterior (saldo inicial), deve-se adicionar a receita orçamentária, as transferências financeiras recebidas e os recebimentos extraorçamentários.
- c) Possibilita a apuração do resultado financeiro do ente privado em um determinado exercício subsequente.**
- d) O Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere.

41. Com relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, marque a alternativa que se encontra definida da forma INCORRETA:

- a) O Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira;
- b) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional;
- c) O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância;
- d) O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos não sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.**

42. Coloque V para as alternativas verdadeiras e F para as falsas:

- () A análise vertical permite determinar a participação relativa (ou relação percentual) de cada conta ou grupo de conta dentro do conjunto total, também conhecido por Análise por coeficientes;
- () A análise horizontal é a comparação, por meio de números índices, entre as contas e grupos de uma certa entidade em exercícios consecutivos. Visa a mostrar o desempenho de cada conta ou grupo de contas ao longo do período analisado.
- () Índice de liquidez mede a capacidade financeira da empresa em receber os compromissos assumidos com seus devedores.

- a) V, V, F. b) V, F, F. c) F, V, V. d) F, F, V.

43. São as despesas resultantes da manutenção das atividades próprias do Estado, tais como custeio da estrutura administrativa o que não gera o aumento do patrimônio do Estado; contribuindo apenas para sua continuidade. (PISCITELLI, 2011, p. 96). Essas despesas podem ser prestadas diretamente ou indiretamente pela administração Pública e estão vinculadas às despesas de custeio (despesas com material, pessoal etc.) e a transferências correntes (destinadas a cobrir despesas de custeio de outras entidades – sociais e econômicas, despesas com inativos, pensões, transferências intergovernamentais e os juros da dívida contratada). Aqui definimos:

- a) Despesas de Custeio.
- b) Despesas de Capital.
- c) Despesas Correntes.**
- d) Despesas Públicas.

44. O AICPA, American Institute of Certified Public Accountants (Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados), por meio de Relatório Especial da Comissão de Procedimentos de Auditoria, definiu o controle interno como sendo “o plano da organização e todos os métodos e medidas coordenados, aplicados a uma empresa, a

fim de proteger seus bens, conferir a exatidão e a fidelidade de seus dados contábeis, promover a eficiência e estimular a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas. Sobre o tema, analise os itens abaixo:

- I- Através do exposto acima entendemos que o Controle Interno é o conjunto de procedimentos, normas e objetivos estabelecidos pela Administração da Empresa com o objetivo único de cumprir sua política administrativa.
- II- Os meios de controle incluem também as formas de organização, instruções, padrões, comitês, planos de contas, orçamentos, relatórios, registros, projetos, inventários, treinamentos, entre outros.
- III- O Controle Interno também deve verificar e assegurar a proteção do patrimônio e a veracidade e fidedignidade das informações contábeis e não contábeis da organização, através de conciliação de documentos e planos de contas.
- IV- Mas para a empresa atingir suas metas e políticas estabelecidas e atingir o desejado grau de eficiência e eficácia dos sistemas operacionais é muito importante que tenha um quadro de funcionários com pessoas treinadas, qualificadas e motivadas, para que a eficiência dos sistemas não seja comprometida.

a) Apenas o item I está incorreto.

b) Apenas o item II está incorreto.

c) Apenas o item III está incorreto.

d) Todos os itens estão corretos.

45. Um sistema de controle interno eficaz exige mais do que a estrita observância a políticas e procedimentos: exige, sim, o uso de julgamento. A administração e a estrutura de governança utilizam-se de julgamento para determinar que nível de controle é suficiente. A administração e outros membros do grupo usam julgamento todos os dias para selecionar, desenvolver e distribuir os controles por toda a entidade. A administração e os auditores internos, entre outros membros do grupo, aplicam seu julgamento quando monitoram e avaliam a eficácia do sistema de controle interno. Marque o item onde NÃO consta um dos componentes integrados do Controle Interno:

a) Ambiente de Controle.

b) Avaliação de Riscos.

c) Atividades de Controle.

d) Processo Seletivo.

46. A Lei Anticorrupção trouxe no seu estudo e interpretação, a expressão *compliance*. O sentido retratado nesses estudos nos levar a afirmar que o melhor sentido, a melhor interpretação para o termo *compliance* é:

a) Ato de cumprir, de estar em conformidade e executar regulamentos internos e externos, impostos às atividades da instituição, buscando mitigar o risco atrelado à reputação e ao regulatório/legal.

b) Ato de se comprometer, de estar integrado aos controles internos e externos, buscando reparar erros e adequar penas, multas e sanções.

c) Ato de cumplicidade, de estar solidário com a administração pública nacional ou estrangeira, quando dos casos de corrupção registrados com participação direta da organização ou empresa.

d) Ato de cumprimentar, de satisfazer-se com as medidas adotadas dentro dos controles internos e externos e com as medidas cabíveis exaradas pela lei anticorrupção.

47. A controladoria é uma área de estudos que carece de definições e conceituações claras, isso inclui um conjunto básico de funções. Seu desenvolvimento ocorreu a partir dos preceitos básicos da contabilidade para uma ampla função de suporte informacional, controle interno, planejamento tributário, elaboração do orçamento e medidas operacionais, passando a participar também ativamente da formulação das estratégias, fazendo com que deixasse de ser apenas um compilador de dados e passasse a ser um gestor da informação responsável pelo alinhamento estratégico das organizações. Em relação às funções da Controladoria no Brasil, analise os itens abaixo:

